

A EDUCAÇÃO ESCOLAR E NÃO-ESCOLAR SOB ALENTE DE JUDITH BUTLER: TENSÕES SOBRE PRECARIZAÇÃO E EPISTEMOLOGIAS DA RESISTÊNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

SCHOOL AND NON-SCHOOL EDUCATION THROUGH THE LENS OF JUDITH
BUTLER: TENSIONS OVER PRECARIZATION AND EPISTEMOLOGIES OF RESISTANCE
IN THE BRAZILIAN CONTEXT

Arnaldo Mesquita Santos Júnior¹
Larissa Medeiros Marinho dos Santos²

RESUMO: Este ensaio teórico problematiza o nó cego entre as políticas educacionais e a vulnerabilidade social no Brasil, lendo a nossa realidade à luz dos conceitos de "vida precária" e "enquadramento" de Judith Butler. Longe de ser um território neutro, analisamos como as práticas pedagógicas — tanto na escola quanto fora dela — funcionam como molduras normativas que legitimam o abandono de corpos e saberes marginalizados. Contrapondo-se à tese confortável de que a educação brasileira simplesmente "fracassou", o trabalho discute a precariedade das nossas instituições como um programa político deliberado de exclusão epistêmica. Conclui-se que superar esse cenário exige quebrar os enquadramentos coloniais e bancários vigentes, abrindo espaço para a libertação: uma práxis pedagógica, performativa e profundamente freireana que lute pelo reconhecimento de todas as vidas como vivíveis, dignas e passíveis de luto.

Palavras-chave: Educação Brasileira. Judith Butler. Enquadramento. Precarização. Libertação.

ABSTRACT: This theoretical essay problematizes the intricate knot between educational policies and social vulnerability in Brazil, examining our reality through the lens of Judith Butler's concepts of "precarious life" and "framing". Far from being a neutral ground, we analyze how pedagogical practices—both in school and non-school settings—operate as normative frames that legitimize the abandonment of marginalized bodies and knowledges. Countering the comfortable narrative that Brazilian education has simply "failed", this work argues that institutional precariousness is a deliberate political program of epistemic exclusion. It concludes that overcoming this reality requires breaking current colonial and banking frameworks, making room for liberation (liberating action): a pedagogical, performative, and deeply Freirean praxis that fights for the recognition of all lives as livable, worthy, and grievable.

Keywords: Brazilian Education. Judith Butler. Framing. Precarization. Liberating Action.

¹Doutorando em Psicologia, Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ).

²Docente/Orientadora, Universidade de Brasília (UnB).

1 INTRODUÇÃO

Perguntar para que serve a educação e como ela reverbera no nosso dia a dia não é um mero exercício abstrato; é uma urgência política e filosófica. Mais do que definir conceitos teóricos sobre o fazer pedagógico, precisamos encarar uma pergunta desconfortável: as molduras atuais sobre o que significa educar servem para emancipar ou funcionam como estratégias sutis para manter as desigualdades e a exclusão de sempre? Sob essa ótica, a educação brasileira - compreendida tanto nas salas de aula tradicionais quanto nos espaços não-escolares - tem sido um fator decisivo na distribuição desigual da vulnerabilidade e do desamparo. Quando engessamos o território educativo em processos lineares, universais e eurocêtricos, provocamos ativamente o apagamento, a desvalorização e a morte simbólica de modos plurais de existir e de produzir conhecimento. Investigar as pistas desse cenário é o problema que move este trabalho.

O que nos inquieta é a necessidade de operar um duplo movimento: não queremos apenas nos debruçar sobre essas fraturas teóricas, mas sim articular esse instrumental conceitual às urgências da vida cotidiana. É no cotidiano, afinal, que as opressões ganham carne, osso e corpo, mas é nele também que as práticas de resistência se manifestam. Este ensaio promove um diálogo com a filosofia política de Butler, propondo o que se pode chamar de um outro uso possível da autora, aplicando suas categorias diretamente ao chão da nossa realidade educacional.

2

O caminho analítico deste estudo teórico-hermenêutico se estabelece a partir de três categorias butlerianas fundamentais: precariedade, enquadramentos e vidas passíveis de luto (BUTLER, 2015; BUTLER, 2019), a partir das quais discutiremos a precarização politicamente induzida da população brasileira e suas inter-relações com as políticas de ensino. Investigaremos, também, os enquadramentos normativos que engessam a práxis pedagógica contemporânea e lançamos luz sobre as vidas não passíveis de luto, evidenciando os corpos sistematicamente ausentes e silenciados tanto na escola quanto nos espaços formativos não-escolares.

2 JUDITH BUTLER: VULNERABILIDADE ONTOLÓGICA, ENQUADRAMENTOS DO PODER E A POLÍTICA DO LUTO

Butler ficou mundialmente conhecida por suas contribuições que chacoalharam o campo da teoria queer e dos estudos de gênero (BUTLER, 2013b). Nas últimas décadas, porém, seu

olhar se voltou para uma vertente da Filosofia Política ainda mais visceral, focada na ontologia social, na crítica à violência e na nossa difícil urgência de coabitar o mesmo chão (BUTLER, 2015). Chocada com as reconfigurações geopolíticas e as feridas abertas no mundo pós-II de setembro, a filósofa passou a se perguntar o que define o estatuto do humano, questionando quais vidas são vistas como legítimas e inteligíveis diante das engrenagens do poder soberano e biopolítico contemporâneo (BUTLER, 2019).

Para trazer essa matriz filosófica para o campo da educação, precisamos compreender uma distinção crucial que a autora estabelece: a diferença entre a nossa precariedade natural (*precariousness*) e a precarização fabricada pela política (*precarity*) (BUTLER, 2015; 2019). A precariedade ontológica é o que nos define como seres vivos: nascemos frágeis, de carne e osso, e nossa sobrevivência física e psíquica depende inteiramente de redes públicas de amparo, de infraestruturas sociais e do cuidado do outro (BUTLER, 2019). Ninguém sobrevive, nem vive sozinho. Por outro lado, a precarização politicamente induzida é um arranjo histórico, social e econômico que escolhe, a dedo, como distribuir essa fragilidade (BUTLER, 2015).

Esta é uma condição maximizada pelo próprio Estado, que expõe populações subalternizadas à pobreza, à violência institucional e ao desamparo jurídico, retirando delas as redes básicas de proteção (BUTLER, 2015). Essa desigualdade brutal cria uma realidade perversa: a produção de *vidas invivíveis* (BUTLER; WORMS, 2025). A existência dessas populações - socialmente e historicamente, consideradas vidas invivíveis - é reduzida a um paradoxo doloroso, pois, mesmo destituídas de direitos básicos, elas continuam existindo. É a vida que, embora não seja considerada digna de ser vivida, não deixa de ser vivida: uma vida invivível, mas ainda assim vivente. O corpo precarizado teima em resistir, expondo o escândalo político de um sistema que nega o futuro e a agência social dos sujeitos, mas não consegue apagar sua insistência em pulsar.

2.1 BIOPOLÍTICA, ENQUADRAMENTOS E A CONDIÇÃO DE SER ENLUTÁVEL

Esse jogo “de cartas marcadas” que distribui a vulnerabilidade dita também quem tem direito ao choro. Para Butler (2015), a capacidade de uma sociedade de se enlutar publicamente por uma perda é o próprio vetor que reconhece a humanidade de um corpo. O estatuto de ser “enlutável” nasce antes mesmo da própria vida biológica: se uma existência não é considerada digna de luto antes mesmo de perecer, ela jamais será protegida contra a violência. Assim, as vidas não passíveis de luto são aquelas cujo apagamento ou destruição não provoca nenhum eco

ou comoção na esfera pública; operam em um limbo onde são marcadas como descartáveis e matáveis (BUTLER, 2015).

Essa engrenagem biopolítica que decide quem merece proteção e quem vai para o descarte funciona por meio dos enquadramentos (*frames*) (BUTLER, 2015). Eles não são meras molduras estáticas ou filtros inocentes de imagem, mas estruturas normativas e discursivas, politicamente saturadas, que regulam como enxergamos a realidade e delimitam o que pode ser visto, ouvido e legitimado socialmente (BUTLER, 2015). O poder opera organizando e fragmentando o fluxo daquilo que conseguimos compreender; ao enquadrar determinados corpos e saberes fora da matriz do que consideramos "*humano*", o discurso hegemônico normaliza a exclusão e limpa a nossa consciência diante da barbárie cotidiana (BUTLER, 2015).

A força opressiva dessas molduras está na sua capacidade de ferir pela palavra, operando como uma forma de injúria linguística e violência categórica. A linguagem dos enquadramentos normativos tem uma força que machuca a alma e desestabiliza o corpo, agindo de maneira tão violenta quanto um ataque físico direto. Ao distorcer ou apagar a história de determinados grupos, o discurso dominante promove uma desorientação e uma perda de contexto que retiram o indivíduo de seu lugar na comunidade, alimentando o medo crônico e a incerteza sobre a própria possibilidade de sobreviver.

Essa violência ganha corpo e se espalha pela própria burocracia estatal. O poder político passa a utilizar as leis e as instituições não como caminhos para a justiça, mas como meras táticas gerenciais de controle populacional. É por meio desses programas excludentes e do esvaziamento do debate público que os agentes administrativos começam a agir como os 'soberanos mesquinhos' de que fala Butler (2019) - burocratas que, no silêncio de canetadas cotidianas, decidem quais corpos merecem o amparo das políticas públicas e quais saberes serão empurrados para o esquecimento epistêmico.

3 TRANSPOSIÇÃO AO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Como nos lembra Butler (2019), responder eticamente ao rosto do Outro exige despertar para a fragilidade da nossa própria vida, reconhecendo que estamos todos conectados e que não escolhemos sozinhos este planeta para morar. Levar essa provocação para o cenário da educação brasileira não é um mero decalque mecânico de conceitos europeus ou norte-americanos; é um ato de urgência política. Usamos essa lente crítica para arrancar a máscara do nosso programa

educacional nacional, revelando como ele funciona como uma moldura invisível que organiza a exclusão e perpetua o desamparo de quem sempre esteve à margem.

A escola pública, quando capturada por esses enquadramentos coloniais, deixa de ser o espaço da emancipação e da partilha para virar o lugar onde se reproduz a exclusão de vidas tratadas como descartáveis. Por isso, é extremamente importante questionar os limites dessa lógica pedagógica burocrática. Precisamos desconstruir os discursos frios e as ofensas institucionais que tentam normalizar o abandono das nossas escolas, abrindo caminho para uma práxis educativa verdadeiramente democrática, que reconheça a dependência mútua e o valor intrínseco de cada corpo e de cada saber no território educativo.

3.1 EDUCAÇÃO E PRECARIIDADE OU "PRECARIIDADE À BRASILEIRA"

Se a crítica é o exercício ininterrupto de pensar, inclusive em como não queremos ser governados - uma virtude que aplicamos a nós mesmos e ao mundo -, o que fazemos aqui é desarmar os mecanismos da precarização na vida cotidiana (BUTLER, 2013a; FOUCAULT, 1990; 2025). Olhar para o cenário brasileiro responde a uma necessidade imediata das nossas ruas. Não pretendemos esgotar comparações internacionais, mas construir um modelo que nos ajude a entender como os enquadramentos da educação produzem e aprofundam a vulnerabilidade social (BUTLER, 2013a).

5

A partir de Butler, entendemos que a precariedade da vida em nosso país é alimentada e agravada pelas fraturas do sistema de ensino. É claro que a escola não é a única culpada por todas as mazelas sociais; os problemas educacionais se somam e se entrelaçam a outras opressões estruturais que já castigam o nosso povo.

A escola pública brasileira se revela precária justamente quando atua como um vetor que amplifica o desamparo existencial. Em vez de abrir horizontes, ela muitas vezes reduz a existência das populações marginalizadas à mera sobrevivência física, gerando o que podemos chamar de uma "educação invivível" (BUTLER; WORMS, 2025). Curiosamente, esse enquadramento se inverte quando olhamos para a educação particular - desenhada pelas classes dominantes para garantir que os seus filhos tenham "vidas vivíveis" e fiquem blindados contra a vulnerabilidade. No entanto, essa mesma disputa por espaço e dignidade atravessa a educação popular, os movimentos culturais e os processos formativos que pulsam fora dos muros escolares (BUTLER, 2015). Todos esses territórios sofrem a pressão de molduras ligadas a

projetos de poder, o que nos desafia a tensionar esses limites para inventar outras formas de viver e resistir.

Nesse sentido, a precarização da nossa gente, amarrada às violências do aparato estatal e escolar, encaixa-se perfeitamente na definição de condição precária proposta por Butler (2015, p. 46-47):

[...]a condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção.

Como o território educativo e o cotidiano brasileiro são imensos, diversos e complexos, essas dinâmicas ganham contornos específicos em cada beco, esquina, comunidade ou região do país, exigindo uma sensibilidade que respeite as marcas de cada contexto.

3.2 O MODUS OPERANDI DA EDUCAÇÃO BANCÁRIA

Diante desse cenário desolador, é comum ouvirmos aquela velha e ingênua pergunta: "Por que a educação no Brasil não dá certo?" Ou então: "Por que o ensino tradicional não consegue atingir a maioria da população, oferecendo uma escola pública de qualidade que ensine as pessoas a combater sua própria precarização?"

6

A virada crítica de Butler e a força do pensamento social brasileiro mostram que fazer a pergunta nesses termos é cair em uma cilada ideológica. A educação brasileira não padece de um "fracasso" sem querer; ela funciona exatamente como foi projetada para funcionar, seguindo duas pistas estruturais: o enquadramento de desvalorização e a matriz hegemônica e colonial.

O enquadramento de desvalorização é a ideia dominante de que a escola serve apenas para domesticar ou preparar mão de obra barata, despindo a educação de seu poder de transformação radical do sujeito e da sociedade. Já a matriz colonial mantém viva a "educação bancária" denunciada por Freire (1996, 2017), na qual o conhecimento é tratado como um depósito burocrático feito na cabeça dos alunos, gerando notas e relatórios a serem sacados de acordo com o interesse do sistema.

Essa violência colonial se repete todo santo dia nas salas de aula, onde se comete a hipocrisia de celebrar um Estado democrático em escolas que operam de forma totalmente autoritária e engessada. Trata-se de uma verdadeira "precariedade à brasileira". É a condição

historicamente imposta ao nosso povo que Darcy Ribeiro, em uma entrevista antológica a Nunes et al. (1988), escancarou sem meias palavras:

Ou você leva a sério que esse povo é para ser alfabetizado, e que o que vale aqui é criança e povo, ou você assume a atitude sacana da classe dominante que sempre achou que o povo é uma espécie de negro, escravo, carvão para queimar e não importa o que acontece com ele, essa é a postura do brasileiro comum, uma postura perversa e pervertida.

Essa fala cortante de Darcy Ribeiro joga na nossa cara o enquadramento colonial que historicamente desenhou a educação brasileira, marcando de forma violenta o lugar subalterno reservado ao povo. Para entender a escola e a exclusão social no Brasil, precisamos olhar para o seu projeto macropolítico.

3.3 DO PROGRAMA ESTRUTURAL À URGÊNCIA DA PRÁXIS

Vale o aviso: essas pistas funcionam no nível macroestrutural. Culpar apenas as instâncias locais seria incorrer no erro gravíssimo de apontar o dedo individualmente para a professora, a diretora ou para o próprio estudante pelo sucesso ou fracasso do aprendizado.

Por trás das feridas visíveis nas escolas, o que se revela não é a incompetência de quem está na ponta, mas a eficiência assustadora de um "programa deliberado" - o grande projeto de precarização da educação brasileira. Um programa muito bem amarrado para manter privilégios, relações de poder e posições de classe (RIBEIRO, 1979). O poder se serve da burocracia e das ofensas institucionais para silenciar os sujeitos e administrar quem entra e quem fica de fora (BUTLER, 2015, 2021). A tarefa da crítica, portanto, é quebrar esse enquadramento dogmático para que a escola surja como um espaço de resistência e mudança real de vida.

Ao mapearmos os quadros da educação brasileira, esbarramos em fraturas por todos os lados:

Quadros profissionais descascados: marcados pelo cansaço, salários baixos e falta de reconhecimento institucional.

Quadros infraestruturais em ruínas: prédios sem reboco, banheiros quebrados e falta de materiais básicos que escancaram o desamparo físico de quem habita esses espaços diariamente.

Quadros teóricos distantes: molduras teóricas eurocênicas que mal conversam com o cotidiano da periferia, servindo mais para controlar e domesticar do que para libertar.

Até mesmo a forma como vemos a escola nas mídias precisa ser questionada. O circuito midiático exhibe reportagens apelativas mostrando o sucateamento das escolas, mas essas imagens quase nunca geram comoção ou mudanças profundas. Como adverte Butler (2015), isso acontece porque os enquadramentos dominantes controlam a nossa capacidade de nos indignar

com a dor do outro. Ao apresentar o abandono escolar como um fato isolado ou uma falha administrativa de um sistema que apenas "não funciona", a mídia impede que a escola pública seja vista em seu valor intrínseco, político e revolucionário.

Outro enquadramento violento é achar que a educação acontece apenas dentro do prédio escolar. A verdadeira práxis educativa se mistura nas relações de família, no território da comunidade, nos terreiros, igrejas, na arte e na cultura das ruas. A separação tradicional que diz que a família dá "afeto" e a escola transmite "conteúdo" é um quadro sem beleza, dividido e conceitualmente violento.

A escola deve ser o terreiro de encontros e desencontros, o lugar onde a vida plural que vem das ruas se encontra. Ali, os sujeitos deveriam aprender a conviver eticamente com a diferença, usando o conhecimento como uma ferramenta viva para transformar o mundo. Se educar vai muito além de preencher diários de classe com conteúdos burocráticos, urge alargar as nossas molduras pedagógicas para reconhecer e validar tantos outros mestres e mestras que ensinam na vida. Mestres de capoeira, de samba, benzedeiros, lideranças comunitárias, pais e mães de santo, pastores, padres e artistas populares guardam saberes preciosos que, por não terem o carimbo do "diploma acadêmico", são sistematicamente desperdiçados e desprezados pelo aparato colonial.

O quadro de uma educação libertadora funciona como o avesso dos "quadros de guerra" de Butler (2015). Enquanto os quadros de guerra retêm a inteligibilidade para produzir o não-reconhecimento e a violência, os quadros da educação libertadora pintam a resistência. Eles criam condições para o diálogo, para o reconhecimento da diversidade e para a valorização do coletivo através de estratégias de não-violência e assembleias. São molduras flexíveis que se recusam a ficar rígidas ou prontas; funcionam como ferramentas contra-coloniais (SANTOS, 2023). Ao promover o encontro de saberes tradicionais, pindorâmicos e negros, essa pedagogia coloca as vidas no centro do palco, transformando-se no processo orgânico de "*libertação*" que devolve a dignidade a todas as pessoas.

3.4 VIDAS MATÁVEIS: CORPOS NÃO DESEJÁVEIS, FALTAS DAS QUAIS NÃO SE RECLAMA

Uma última pista analítica nos convoca a encarar uma realidade dolorosa: quais corpos são marcados como indesejáveis no território educativo? Quais ausências não provocam nenhuma falta nas salas de aula, nos grupos de arte ou nos projetos de cultura? Essa rachadura

aproxima dramaticamente a ontologia social de Butler (2019) do nosso cotidiano mais cruel, revelando um limbo de desaparecimentos com os quais nos acostumamos a conviver sem chorar.

Muitos corpos são desrealizados e empurrados para a invisibilidade nas escolas. De um lado, estão os corpos dissidentes de gênero: quantas travestis, mulheres e homens trans conseguem se matricular ou encontram acolhimento para suas necessidades mais básicas na escola? Quantos conseguem ocupar a educação como espaço de trabalho e voz? De outro lado, estão os corpos negros e periféricos: quantos estudantes negros simplesmente somem das listas de chamada, assassinados nas vielas pelo braço armado do Estado ou engolidos precocemente pela urgência da fome e do subemprego, sem que a instituição escolar pare suas atividades para chorar ou decretar luto por suas ausências?

A recusa do sistema educacional em se enxergar como cúmplice dessas violências diárias revela uma censura implícita e uma violência verbal estrutural (BUTLER, 2021). Aqueles que teimam em resistir e permanecer na escola são frequentemente alvos de punições que tentam higienizar e corrigir seus corpos, sendo forçados a se enquadrar nas regras do discurso dominante ou, simplesmente, constrangidos a sumir sem deixar rastro ou lamento institucional.

Essas faltas crônicas - e nunca reclamadas - denunciam o limite extremo da precariedade: a completa desrealização dessas existências (BUTLER, 2015). Suas ausências não causam espanto no cotidiano escolar porque esses corpos já viviam em um limbo espectral; foram destituídos da condição de humanos antes mesmo de desaparecerem. Como nos ensina a ontologia política de Butler, quando a perda de uma vida não provoca uma ruptura real no tecido social, revela-se a verdade mais terrível: essa vida jamais contou como viva (BUTLER, 2015). Privadas de redes públicas de proteção e expostas ao abandono e à violência do Estado, essas populações são carimbadas pela gramática colonial não como existências que valem a pena proteger, mas como vidas matáveis e não passíveis de luto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que esta seção final não pretende colocar um ponto final ou um laço perfeito sobre um tema tão complexo. Nós nos recusamos o fechamento dogmático em nome da continuidade da dúvida, do debate e do incômodo teórico. A compreensão que nos move é de que, exercer a crítica significa, no fundo, bater o pé e firmar uma recusa ética e política contra tudo aquilo que não aceitamos mais reproduzir nas nossas estruturas sociais, institucionais e

pedagógicas (BUTLER, 2013a; FOUCAULT, 1990; 2025). É preciso, portanto, operar um deslocamento urgente que retire o desejo de mudança do campo isolado das boas intenções individuais e o reinscreva na carne dos enquadramentos normativos, das teorias e, principalmente, das práticas de todo santo dia (BUTLER, 2015, 2021).

As grandes tragédias geopolíticas globais que nos cercam - e que nos fazem perguntar o tempo todo o que conta como uma vida humana digna de proteção e de choro - não estão tão longe assim das microviolências silenciosas que encenamos no cotidiano escolar (BUTLER, 2015, 2019). Guardadas as proporções de escala, reproduzimos ou combatemos os mesmos mecanismos de exclusão a partir de onde os nossos pés pisam. Por isso, o olhar atento e a preocupação ética com a precariedade sistêmica precisam entrar nas salas de aula e nos pátios das escolas, desvelando as amarras burocráticas e as ofensas institucionais que machucam os corpos e sufocam os saberes no ambiente de ensino (BUTLER, 2015, 2021).

É nessa direção que a urgência de "entrar na saída" desenha o horizonte para a construção de democracias radicais, fundadas no direito de partilhar a Terra e na garantia de que todas as pessoas-corpos possam aparecer e ter sua voz compreendida (BUTLER, 2017, 2019). Esse movimento nos empurra para o nascimento da libertação - o encontro indispensável entre a conscientização e a práxis de Freire (2017) com a força performativa e a agência política de Butler (2021). Apostamos todas as nossas fichas na educação como a ferramenta crucial desse processo. Ela não apenas nos ensina a conviver e a habitar o mesmo espaço, mas é o território que faz o conhecimento pulsar em sua vocação mais pura e libertadora.

O conhecimento, portanto, funciona como a nossa trincheira mais firme. Por mais que estruturas coloniais tentem calar vozes, burocratizar o pensamento ou tratar corpos marginalizados como descartáveis, o ato de refletir criticamente abre rachaduras nessas molduras de poder (BUTLER, 2015, 2021). Pensar desorganiza a opressão. É por isso que o reconhecimento se revela o coração de uma educação verdadeiramente libertadora: a missão maior da escola é nos ensinar a re-conhecer o outro e as formas dissidentes de existência, forçando-nos, ao mesmo tempo, a olhar no espelho e re-conhecer a nós mesmos. Devemos nos reinventar, sempre, em insurreição permanente (BUTLER, 2021).

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BUTLER, Judith. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. *Caderno de Filosofia e Política*, n. 22, p. 159-179, 2013a. DOI: https://revistas.usp.br/cefp/pt_BR/article/view/59447 Acesso em: 07 jun. 2026.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013b.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith; WORMS, Frédéric. *O visível e o invisível*. São Paulo: UNESP, 2025.

DEMETRI, Felipe Dutra. Judith Butler: filósofa da vulnerabilidade. *Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia*, n. 52, p. 175-187, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/46770> Acesso em: 08 jun. 2026.

DEMETRI, Felipe Dutra; TONELI, Maria Juracy Figueiras. Performatividade contra a precariedade: modulações do sujeito político na obra de Judith Butler. *Psicologia Política*, v. 17, n. 39, p. 318-326, 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v17n39/v17n39a10.pdf> Acesso em 08 jun. 2026.

FOUCAULT, Michel. *O que é a crítica?*. Ubu Editora, São Paulo, 2025.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. *Bulletin de la Société française de philosophie*, v. 82, n. 2, p. 35-63, 1990. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/critica.pdf> Acesso em 07 jun. 2026.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 63ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

NUNES, Augusto, et al. Entrevista com Darcy Ribeiro. *Programa Roda Viva*, 1988. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6r7QD09yHJk&t=14> Acesso em: 07 jun. 2026.

RIBEIRO, Darcy. *Ensaaios insólitos*. Porto Alegre: L&PM, 1979. Disponível em: <https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/ensaaios-insolitos.pdf> Acesso em: 07 jun. 2026.

SANTOS, Antônio Bispo. *Colonização, quilombos: modos e significações*. 2ª ed. Brasília: Ayó, 2023.